



# CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, LITERATURA E INCLUSÃO SOCIAL A PARTIR DO LIVRO *OLHOS AZUIS CORAÇÃO VERMELHO* (2005), DE JANE TUTIKIAN

Cilene Margarete Pereira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Doutora em Teoria e História Literária (Unicamp)/ Professora dos Programas de Mestrado em Letras/ Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino/UninCor, [prof.cilene.pereira@unincor.edu.br](mailto:prof.cilene.pereira@unincor.edu.br)

**Resumo:** A BNCC pontua que a formação basilar dos educandos deve ser orientada para uma “formação humana integral” para a “construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2018, p. 7). Considerando isso, este artigo discute aspectos referentes à Educação em Direitos Humanos para uma perspectiva inclusiva a partir do livro *Olhos azuis coração vermelho*, de Jane Tutikian, no qual a protagonista Julia passa por um processo de transformação e aceitação de sua irmã menor, que tem Síndrome de Down.

**Palavras-chave:** Educação em Direitos Humanos, Inclusão, Literatura, BNCC.

## 1. Introdução

Aprovada em 2018, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define o “conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” a serem desenvolvidas pelos alunos na formação escolar básica. Alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNS), a BNCC aponta que a formação fundamental dos estudantes deve ser pautada por “princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2018a, p. 7). Considerando tal premissa foram organizadas dez competências gerais, que objetivam a preparação do discente para o “exercício da cidadania”, respeitando e promovendo ações de fortalecimento dos Direitos Humanos. (BRASIL, 2018a, p. 7, 9). As competências gerais preconizam uma formação discente ajustada a uma postura de inclusão social e de respeito aos Direitos Humanos, alinhada aos objetivos da Educação em Direitos Humanos, que se fundamenta a partir da transformação social; a visibilidade e o poder de grupos



sociais e culturais excluídos e a participação da sociedade civil em instâncias políticas decisórias. (Cf. MAGENDZO, 2016, p. 221)

Considerando isso, como podemos nós, professores de Literatura, mobilizarmos saberes e textos literários em sala de aula para a promoção de uma escola mais democrática e inclusiva? A partir do contexto acima, este artigo discute como o livro *Olhos azuis coração vermelho*, de Jane Tutikian, de 2005, fazendo referência a aspectos de uma educação inclusiva. Voltado para o público infanto-juvenil, o livro narra, pela ótica de uma garota de 13 anos, suas transformações e a aceitação de sua irmã menor, que tem Síndrome de Down.

## 2. Desenvolvimento

Associada à adoção de uma prática social de acolhimento do diferente e não de segregação, a Educação em Direitos Humanos (EDH) está alinhada ao movimento Escola para Todos, pautada em uma educação inclusiva, resultado “de uma educação plural, democrática e transgressora” (MANTOAN, 2003, p. 20). Se por um lado pensamos a educação inclusiva como um movimento de inserção da Pessoa com Deficiência (PcD) na escola regular - e este é um ponto de partida importante para se pensar a inclusão escolar, sobretudo após a *Declaração de Salamanca*, de 1994, a partir da qual se adota o termo “educação inclusiva” (UNESCO, 1994) – ; por outro, essa inclusão deve ser maior, abrangendo todos aqueles que são apartados do processo educativo.

Magendzo (Cf. DIAS, 2017, p. 39-40) observa seis princípios pedagógicos-metodológicos para EDH, associados uns aos outros: integração, recorrência, coerência, relação com a vida cotidiana, construção coletiva do conhecimento, apropriação. Os três primeiros dizem respeito a um processo de cultura para os Direitos Humanos no espaço escolar, visto que estes devem ser associados à proposta pedagógica da escola, trabalhados sistematicamente e aplicados nas práticas escolares, evidenciando uma coerência entre o discurso sobre Direitos Humanos e o comportamento da comunidade escolar. O ponto de partida para a discussões sobre Direitos Humanos deve ser a vivência do aluno, estabelecendo uma relação com sua vida cotidiana e com sua comunidade. Os



dois últimos elementos referidos pelo estudioso dizem respeito, respectivamente, ao estímulo à postura crítica e reflexiva do aluno e à apropriação dos Direitos Humanos na vida social de todos, passando da palavra escrita e/ou falada para uma prática social solidária e inclusiva.

Nessa perspectiva, a escola/educação inclusiva é aquela que se abre ao outro, ao diferente, dando igualdade de oportunidades a todos, sem segregar. Segundo Sanchez (2005), é a escola, ao adotar uma postura inclusiva, que deve atender às particularidades dos alunos e às suas condições e não o contrário, como ocorria na escola integrativa. Sanchez observa que a educação inclusiva é, antes de tudo, uma questão, nessa perspectiva, ligada aos Direitos Humanos, “já que defende que não se pode segregar a nenhuma pessoa como consequência de sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem, do seu gênero ou mesmo se esta pertencer a uma minoria étnica” (SANCHEZ, 2005, p. 12). Por isso, uma das ações programáticas do último Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), de 2018, visa “fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros”, como forma de assegurar “a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas”. (BRASIL, 2018b, p. 20-21).

A literatura tem um papel importante a cumprir, nesse sentido, visibilizando grupos sociais desprestigiados, como os das Pessoas com Deficiências, fazendo com que existam no horizonte de alunos-leitores. Zilberman aponta que a literatura faz com que o leitor abandone “temporariamente sua própria disposição” para se preocupar “com algo que até então não experimentara”, trazendo para o “primeiro plano algo diferente dele, momento em que vivencia a alteridade como se fosse ele mesmo” (ZILBERMAN, 1999, p. 84).

A partir do entendimento da literatura como manifestação artística capaz de promover a reflexão e o processo de alteridade, faremos alguns apontamentos a partir do livro *Olhos azuis coração vermelho*, no qual se narra o processo lento e gradual de uma menina de 13 anos, Júlia, de aceitação de sua irmã mais nova, Titi, quem tem Síndrome de Down. A experiência de rejeição/aceitação materna e paterna não é descrita pela autora



do livro, que aponta apenas uma mudança no quadro emocional dos pais, que ficam mais tristes e calados, e focados no mundo de Titi. Sigaud e Reis apontam que esta representação da criança com Síndrome de Down “é composta predominantemente por elementos negativos. É evidente a ênfase dada às limitações infantis, enquanto traços centrais e marcantes que definem a pessoa deficiente e acabam por ocultar as suas demais características” (SIGAUD; REIS, 1999, s/p). O livro de Tutikian caminha para uma perspectiva diferente, na medida em que representa uma mãe que se abre ao diferente e acolhe afetivamente Titi.

O tema da rejeição é tratado pela autora a partir dos olhos de Júlia, uma menina em formação, sugerindo que o processo de acolhimento deve ser construído por meio do amadurecimento, que, no livro, está ligado ao tornar-se “mocinha” e, portanto, à sua abertura para a aprendizagem do mundo.

O livro *Olhos azuis coração vermelho* ainda que promova a visibilidade de crianças com Síndrome de Down e sua aceitação na esfera familiar – o livro termina com Júlia expressando, pela primeira vez, afeto pela irmã –, demarca também um espaço escolar não inclusivo, na medida em que mostra a segregação de Titi e de seus “iguais” na escola da garota.

A festa do amigo celebrada na escola da garota tem como participantes apenas familiares de crianças iguais a Titi, também de olhos puxados e com dificuldades na fala, caracteres que determinam a Síndrome de Down. Não há a inclusão destas crianças (com outras), mas uma espécie de apartamento que sugere a expressão de uma escola voltada ao modelo médico da escola tradicional.

### 3. Considerações finais

O livro *Olhos azuis coração vermelho* é um passo importante no processo de visibilização e de protagonismo da Pessoa com Deficiência, promovendo o que podemos chamar de inclusão social no espaço escolar e familiar por meio da literatura. No entanto, chamam a atenção dois aspectos. O primeiro diz respeito ao fato de que a turma de Titi é toda formada por crianças que apresentam a mesma deficiência, isolando-as não só de



crianças “normais” como de outras também “desviantes”, considerando as inúmeras deficiências existentes. Será isso um indício de que há um estigma ainda maior associado à Síndrome de Down?

O segundo aspecto aponta a dissonância do livro, que reflete sobre a aceitação social e familiar de uma criança com Síndrome de Down, aos princípios da escola inclusiva, que preconiza como princípio fundamental a ideia de que os alunos devem aprender juntos, “independentemente das dificuldades e das diferenças que apresente”. (UNESCO, 1994, s/p). A concepção da escola inclusiva rejeita qualquer segregação e entende que os processos de aprendizagem, independente das particularidades das crianças, devem se dar de forma conjunta, na escola regular, ainda que necessitem de instrumentos acessórios.

Dentro dessa perspectiva, o livro *Olhos azuis coração vermelho*, publicado em 2005, mais de uma década depois do documento fundamental para a constituição de um movimento pela escola inclusiva, aponta para um cenário que ainda exclui pessoas com deficiência e não parece se preocupar muito com isso, interessado em mostrar apenas o processo de aceitação e de inserção de Titi no âmbito familiar. Ademais, esse processo de aceitação destaca Júlia, responsável pela ação inclusiva, e não Titi, que é, ao final, colocada como elemento propulsor do amadurecimento da irmã. No centro de todo o processo está Júlia e sua própria aceitação e inserção social e familiar.

## Referências

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018a.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Ministério dos Direitos Humanos, 2018b.

DIAS, Diego Corrêa Lima de Aguiar. *Direitos humanos em sala de aula: a compreensão de professores sobre a aliança entre as suas disciplinas escolares e a EDH*. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2017. (Dissertação de Mestrado em Educação)



MAGENDZO, Abraham. La Educación en Derechos Humanos y la Justicia Social en Educación. In: RODINO, Ana Maria et al. (org.). *Cultura e educação em direitos humanos na América Latina*. Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas. João Pessoa: CCTA, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. *Inclusão - Revista de Educação Especial*, p. 7-18, 2005.

SIGAUD; Cecília Helena de Siqueira; REIS, Alberto Olavo Advíncula. A representação social da mãe acerca da criança com síndrome de down. São Paulo, *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 33, n. 2, 1999.

TUTIKIAN, Jane. *Olhos azuis coração vermelho*. Porto Alegre: Artes e Ofício, 2005.

UNESCO. *Declaração de Salamanca*, 2014.

ZILBERMAN, Regina. Leitura literária e outras leituras. In: BATISTA, Antônio Augusto. (org.). *Leituras-práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.